

O CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA EM FACE DA DECISÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

THE PERTINENCE OF ACTION RECISSION FRONT DECISION OF STABILIZATION OF TEMPORARY PROTECTION.

Carolina Rego Borges

Pós-graduanda no curso de Direito Processual
Civil da rede de ensino LFG/Anhanguera.
Servidora Pública.

RESUMO

O presente trabalho procura verificar se a estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada pode ser objeto de ação rescisória, a partir da análise de entendimentos doutrinários, fazendo uma análise sobre o novo desenho das tutelas de urgência, dos requisitos para a estabilização, da configuração da coisa julgada e da definição do tipo de decisão judicial que permite o uso do remédio excepcional rescisório.

Palavras-chave: Tutela antecipada – Estabilização – Ação Rescisória – Coisa Julgada

ABSTRACT

This paper seeks to verify that the stabilization of concessive decision injunctive relief can be rescission action object, from the analysis of doctrinal understanding, making an analysis of the new design of the emergency guardianships, the requirements for the stabilization of the configuration res judicata and defining the type of judicial decision to allow the use of severance exceptional remedy.

Keywords: Injunctive Relief - Stabilization - Termination Action - Res Judicata

INTRODUÇÃO

Diante da morosidade que a conquista da tutela satisfativa, final fruto de processo ordinário de conhecimento revela, bem como da demanda do nosso ordenamento pela certeza jurídica, idealmente produto de cognição exauriente, trouxe o legislador intento de tutelar situações, reveladoras de forte probabilidade jurídica e de perda de eficácia ou utilidade de modo mais eficaz, mas sem tanta certeza ideal.

Surgiu, então, a estabilização da tutela antecipada, a causar verdadeiro alvoroço dentro de um sistema que parece não estar maduro para incorporá-la, mas que é esperançoso de técnicas eficientes a tutela judicial.

Nesse contexto é que o presente trabalho visa observar se a estabilização da coisa julgada corresponde ao instituto da coisa julgada, para, então, verificar se será admitida a ação rescisória de modo a afastar eventual injustiça configurada em uma das hipóteses previstas no art. 966 da Lei 13.105 de 2015.

Assim é que o artigo se apresenta dividido em 5 capítulos, no intuito de evidenciar o novo enquadramento da tutela provisória fixado pelo Código de Processo Civil de 2015, definir a estabilização da tutela antecipada, comprá-la com a coisa julgada, definir o objeto da ação rescisória.

Para alcançar o desiderato científico proposto, será utilizada a metodologia de pesquisa doutrinária.

1. Tutela provisória e Tutelas de Urgência

O Novo Código de Processo Civil traçou uma nova realidade no tocante ao tratamento das tutelas que requerem rapidez na prestação jurisdicional, intentando proporcionar maior efetividade e menores percalços de cunhos formais e procedimentais.

Assim é que sob o nome de Tutela Provisória passou a tratar sob três novas modalidades o que antes se abordava por meio do Processo Cautelar previsto no Livro III e das tutelas prevista no art. 273 do Código de Processo Civil de 1973.

Pode se falar que a tutela jurisdicional proporcionada pelo Poder Judiciário ou será definitiva, fruto de cognição exauriente das questões trazidas, em que se preza pelo amplo debate pelas partes, além de possibilidade de abundante produção probatória, caracterizada pelo respeito mor do devido processo legal, tendente a produzir imutabilidade do resultado obtido ao final de todos os passos previstos em lei.

Ou será provisória, já que baseada em cognição sumária e dotada de eficácia imediata à tutela definitiva pretendida. Caracteriza-se por proporcionar pronta satisfação ou pronta assecuração e são marcadas pela sumariedade da cognição, ante à análise superficial do objeto litigioso, e precariedade, por poder ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

Como diz o ilustre Professor Marinoni: “É necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer

novamente, não ser removido ou de o dano não ser reparado ou reparável no futuro”¹.

As tutelas provisórias são subclassificadas pelo Novo Código de Processo Civil em tutela de urgência e tutela de evidência.

A tutela de urgência refere-se às situações de plausibilidade jurídica das alegações da parte acompanhadas de cenário indicativo de perigo de esvaziamento da utilidade ou mesmo perca da tutela final que se objetivará obter após cognição exauriente.

Poderá ser requerida de forma incidental ou antecedente. Em verdade, enquanto o processo não tiver logrado decisão definitiva, caberá tutela de urgência.

Estão subclassificadas em tutela satisfativa e tutela cautelar. A primeira se relaciona ao adiantamento da própria tutela final pretendida, configurada com a própria prestação do objeto pretendido, ainda que sob juízo precário. Já a segunda, à preservação do resultado útil.

Há previsões específicas de regramento da tutela antecipada e cautelar, contudo, como esclarece Paula Sarno Braga:

O legislador, ciente as dificuldades que podem surgir na diferenciação da tutela antecipada (satisfativa) e da tutela cautelar, foi cauteloso ao prever a fungibilidade dessas tutelas de urgência requeridas em caráter antecedente, erigindo a prévia e necessária adaptação procedimental ².

Ainda conclui Paula Sarno Braga, que “fica admitida, assim, uma fungibilidade de mão dupla, exigindo-se, contudo, que venha acompanhada da conversão do procedimento inadequado para aquele que é o adequado por lei”³.

Esse, inclusive, é um marco do ordenamento processual, que migrou para a fungibilidade das tutelas de urgência, objeto do Enunciado n. 143 do Fórum Permanente de Processualistas Civis:

¹Maninoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Spergio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil comentado. 2 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editoria Revista dos tribunais, 2016.

² Diddier Jr, Fredie; Braga, Paulo Sarno; e Oliveira, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015, v. 2, p. 616.

³ Ob. Cit.

“A redação do art. 300, *caput*, superou a distinção entre os requisitos da concessão para a tutela cautelar e para a tutela satisfativa de urgência, erigindo a probabilidade e o perigo da demora a requisitos comuns para a prestação de ambas as tutelas de forma antecipada”.

Por fim, a tutela provisória de evidência se configura pelas afirmações de fato demonstradas por meio de prova. O que se afirma já é de plano possível ser comprovado. Por isso se fala em evidência. Dispensa-se a demonstração de urgência ou perigo. Basta a evidente probabilidade do direito afirmado.

2. A estabilização da tutela antecipada

A estabilização da tutela antecipada configura-se novidade impar dentro do sistema processual brasileiro. Não há antecedentes do tipo.

Caracteriza-se por ser fixada a perenização da tutela antecipada em decorrência da ausência de impugnação pela parte ré da decisão que a concedeu, por meio de recurso, após devidamente citado.

O artigo 304 a consagra dispondo que “a tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso”.

É possível, assim, se falar de requisitos da estabilização da tutela antecipada.

A leitura dos arts. 303 e 304 permite identificar quatro condições cumulativas a serem observadas para a aplicação da técnica da estabilização: (a) que o juiz haja deferido o pedido de tutela antecipada (*rectius*, tutela provisória de urgência satisfativa), requerida em caráter antecedente e autônomo; (b) o autor tenha pedido expressamente a aplicação de tal técnica; (c) que a decisão concessiva tenha sido proferida liminarmente, *inaudita altera parte*; e (d) que o réu, comunicado da decisão, não tenha interposto o recurso cabível.”⁴

Eduardo Talamini, a partir de tais características, fala em um caráter monitório da tutela urgente. Argumenta que “na medida em que o âmbito de

⁴ Sica, Heitor Vitor Mendonça. Doze Problemas e onze soluções quanto à chamada “Estabilização da tutela antecipada”. In *Grandes Temas do Novo CPC*, v. 6: tutela provisória. Salvador: Juspdium, 2016, p. 342-362.

incidência das medidas urgente preparatórias não é limitado a determinadas categorias de litígio ou modalidades de pretensão, a estabilização de tutela urgente apresenta-se como um mecanismo geral, que aparentemente seria apto a monitorizar o processo brasileiro com um todo⁵. Opina que a adoção da técnica monitória seria muito mais razoável se vinculada não à tutela urgente, mas à tutela da evidência concedida em caráter preparatório.

Diz Marinoni que a estabilização visa a empregar a técnica do contraditório eventual já presente no procedimento monitório com o fim de autonomizar e estabilizar a tutela antecipada fundada na urgência⁶ a tornar meramente eventual e facultativo o exercício de cognição exauriente para dirimir o conflito submetido ao Estado-juiz, desde que tenha havido antecipação de tutela (fundada, por óbvio, em cognição sumária) e que o réu não tenha contra ele se insurgido. Sumarizam-se, a um só tempo, a cognição e o procedimento.

Já Paula Sarno Braga aponta que a vantagem ao réu decorrente da adoção dessa técnica seria a diminuição do custo do processo. Esclarece que “por não opor resistência, não pagará as custas processuais (aplicação analógica do disposto no 1º do art. 701 do CPC) e pagará apenas 5% de honorários advocatícios de sucumbência (art. 701, caput, do CPC)

3. Meios De Impugnação Da Estabilização Da Tutela Antecipada

Após ocorrida a estabilização da tutela antecipada, somente poderá ser revista reformada ou invalidada por qualquer das partes até o prazo de dois anos, a contar da data de extinção do processo em decorrência da estabilização (art. 304, 1º)

Não há, assim, limitação formal para proceder ao afastamento da estabilização.

Conforme ensina Antonio de Moura Cavalcanti Neto, “a ação prevista no parágrafo é ampla e não precisa ser necessariamente uma ação voltada para o aprofundamento da cognição, pode ser até mesmo um pedido de reforma ou invalidação da decisão antecipatória”⁷.

⁵ Talamini, Eduardo. Tutela de urgência no projeto de novo código de processo civil: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro. In Revista de Processo, v. 209|2012, p. 13.

⁶ Ob. Cit, p. 304

⁷ Estabilização da tutela antecipada antecedente: tentativa de sistematização. In Grandes Temas do Novo CPC, v. 6: tutela provisória. Salvador: Juspdv, 2016.

Necessário atentar que a proposição dessa ação por si só não afastará a estabilização desenhada, o que somente ocorrerá se julgada procedente e após esgotado o processo que foi originado com o objetivo de questionar essa estabilização.

4. Coisa julgada cautelar

O grande ponto a ser enfatizado aqui é a previsão de um prazo decadencial de dois anos para a proposição. O legislador limitou a possibilidade de ser questionada a estabilidade adquirida pela tutela antecipada. Após o prazo de dois anos não mais será possível alterá-la, o que traz perplexidade, diante da possibilidade de uma cognição sumária obter *status* que se assemelha, se assim efetivamente não o for, de coisa julgada.

A limitação de tempo para se proceder ao afastamento da tutela estabilizada traz à tona o questionamento de se a coisa julgada estaria configurada.

É certo que o parágrafo 6º do art. 304 estabelece que a decisão concessória da tutela que se estabilizou não fará coisa julgada. Contudo, a referência nesse mesmo parágrafo às ações revisionais, limitadas ao prazo de dois, apresenta um certo paradoxo.

5. Estabilização e Coisa Julgada

Afinal, de que serviria essa limitação de dois anos se as ações de revisão pudessem ser propostas de qualquer modo, ou seja, após decorrido esse período.

A sensação é de que restou um vazio no ponto ou se excedeu o legislador ao fixar um prazo desnecessário.

Como não é possível assim concluir no mundo jurídico, necessário é suprir as lacunas por meio de analogia a outros instrumentos previstos no ordenamento processual civil.

Foi afastada a configuração da coisa julgada em razão de a estabilização da tutela antecipada ser fruto de uma cognição sumária. Com efeito, a parte ré simplesmente apresenta o que entende ser seu direito, respaldado em uma situação de dano ou do risco ao resultado útil do processo e, entendendo estarem

presentes a verosimilhança do direito e o risco de dano, a autoridade judicial concederá a tutela.

Não haverá espaço para contraditório, com apresentação de razões da parte ré e ampla produção de prova. Não serão esgotadas as possibilidades de conhecimento amplo da questão trazida a juízo, mas será dada resposta capaz de eternizar uma eventual injustiça.

Como diz Daniel Assumpção (fl. 1345), “durante o prazo de dois anos para a propositura de referida ação, a inexistência de coisa julgada da decisão que antecipa a tutela antecipada que se estabiliza por ausência de recurso da parte sucumbente não chega a ser um problema, o mesmo não se podendo dizer do momento posterior ao decurso do prazo”⁸.

Heitor esclarece⁹ que a limitação da ação revisional da decisão estabilizada trouxe uma dificuldade teórica acerca da configuração da coisa julgada material, mas conclui dever ser realmente afastada a resposta positiva, pois estaria configurada no caso algo correspondente às sentenças terminativas previstas no art. 502 do Novo Código de Processo Civil.

Paula Sarno¹⁰ defende que, após esse prazo decadencial, estará configurada apenas a estabilidade dos efeitos da decisão concessiva da tutela antecipada, afastada a coisa julgada em razão de a decisão não recair sobre o conteúdo da decisão, uma vez que não houve reconhecimento do direito do autor. (fls. 612-613)

Marinoni¹¹ questiona como se poderia qualificar a força da estabilidade depois de transcorridos dois anos sem que tenha sido proposta a ação exauriente e entende que o legislador, apesar de obscuro, fixou a inafastabilidade da estabilidade, tornou-a imutável e indiscutível, elucidando que a impossibilidade de revisão do decidido em outro processo dificilmente pode ser caracterizada de modo diverso da coisa julgada.

⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manua de direito processual civil*. 7 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro; São Paulo. MÉTODOS. 2015.

⁹ Sica, Heitor Vitor Mendonça. Doze Problemas e onze soluções quanto à chamada “Estabilização da tutela antecipada”. In *Grandes Temas do Novo CPC*, v. 6: tutela provisória. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 342-362.

¹⁰ Diddier Jr, Fredie; Braga, Paulo Sarno; e Oliveira, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 10ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015, v. 2.

¹¹ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Spertigo Cruz; Mitidiero, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 2 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2016.

A coisa julgada, por sua vez, é fruto de esgotamento da atividade jurisdicional, o que possibilita segurança jurídica às partes.

Em que essa diferença da cognição em um e outro instituto, o certo é que nos dois poderão se configurar situações, oxalá, raras, de extrema injustiça, que, com elevado grau de excepcionalidade, certificado por meio de diversos requisitos, deverão ser possíveis de afastamento.

6. Ação Rescisória

A ação rescisória se configura por ser remédio excepcional do sistema processual para sanar situação de grave injustiça no prazo certo de dois anos após transitado em julgado o processo.

Com efeito, a coisa julgada configurada ao final do processo exauriente trata-se de garantia da segurança jurídica, erigida a standart constitucional de proteção, tendente a não ser sobrepujada.

A ação rescisória, tendo em vista outros princípios a também serem observados, configura-se como a via fixada pelo legislador para perpassar a coisa julgada.

Como diz Humberto Teodoro Junior, “pelo critério da proporcionalidade que outros princípios fundamentais podem, em certos casos, ensejar a rescisão de sentenças passadas em julgado. A possibilidade é excepcional, mas existe e, nos casos que a lei taxativamente arrolada, justifica-se pela imperiosa necessidade de sanar injustiça grave, capaz, portanto, de macular irremediavelmente a sentença passada em julgado”¹².

O objeto da ação rescisória se alterou com o novo código de processo civil. Na vigência do CPC 73 correspondia apenas a sentenças de mérito passadas em julgado, conforme prescrito no seu art. 485.

Não obstante, diante de situações evidenciadoras de graves problemas em decisões tomadas no curso do processo que transitavam em julgado sem corresponderem a uma sentença, passou a doutrina a questionar se a ação rescisória não seria uma remédio cabível para tanto.

¹² Theodoro Juniro, Humberto. A ação rescisória no Novo Código de Processo Civil. In Revista BRasileria de Direito Porcessual, ANO 23, N. 90, O. 279-306, ABR-JUN. 2015.

Assim é que Dinamarco propôs, ainda interpretando o Código de Processo Civil de 1973, que “é preciso ter a coragem de interpretar os dizeres do caput do art. 485 de modo a descobrir o que teria disposto o legislador se lhe houvesse passado pela mente a prolação de decisões interlocutórias portadoras de pronunciamento sobre o mérito da causa”¹³. Acaba por concluir que “uma interpretação sistemática do art. 485, caput, do Código de Processo Civil, conduzida pela lógica do razoável, impõe o entendimento de que o emprego da locução sentença de mérito é substancialmente destinado a iniciar a rescindibilidade dos atos judiciais sobre o *meritum causae*”..

Assim é que doutrina e jurisprudência se encaminharam para entender que o objeto da ação rescisória seria todas as decisões jurisdicionais de mérito, o que inclui o acórdão, a decisão monocrática final do relator (art. 557 do CPC) e até mesmo a decisão interlocutória.

A conclusão interpretativa foi absorvida pelo novo Código de Processo Civil, tendo o art. 963 disposto “ser impugnável por ação rescisória a decisão de mérito transitada em julgado”. Logicamente, deverá ter transitado em julgado.

Ainda foi acrescentada a possibilidade de ser movida em face de decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, não permita a repositura da demanda ou impeça o reexame de mérito.

Tem-se, assim, a possibilidade de ser impugnada uma decisão que não fez coisa julgada material por meio de ação rescisória.

Nesse ponto é que parece haver abertura para que a ação rescisória seja admitida em face da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada, não objeto de ação exauriente no prazo decadencial de dois anos.

Passado esse prazo, diante de umas das hipóteses de cabimento do art. 963 do Diploma Processual civil vigente e de uma decisão terminativa que não permita a repositura da demanda ou impeça o reexame de mérito, seria cabível a ação rescisória.

Em outra vertente, há entendimento de que, “passado o prazo de dois anos, continua sendo possível o exaurimento da cognição até que os prazos previstos no direito material para a estabilização das situações jurídicas atuem sobre

¹³ Dinamarco, Candido Rangel. Nova Era do Processo Civil. Ed. Malheiros

a esfera jurídica das partes”. “O direito à adequada cognição da lide constitui corolário do direito ao processo justo e determina a inafastabilidade da ação exauriente para a formação da coisa julgada. Fora daí há ofensa ao direito fundamental ao processo justo pelo próprio legislador infraconstitucional incumbido de desinfiá-lo”¹⁴.

Jorge Aumray Nunes afirma que não ser apelada a estabilização de coisa julgada poderá até ser aceito, “mas isso não será óbice ao cabimento de ação rescisória, quando por outro motivo não seja, em face do que dispõe o § 2º do art. 966, do novo Código, que admite a rescisória, mesmo que não se trate de sentença transitada em julgado”.

E continua: “ou isso, ou haverá de ser admitido o cabimento de outra ação de procedimento ordinário que não aquela mencionada no § 2º do art. 304, porque incorrentes os efeitos próprios da coisa julgada (positivos e negativos) e, também, em homenagem ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, cujo menoscabo não está ao alcance do legislador processual”.

CONCLUSÃO

Foi possível constatar que o Código de Processo Civil vigente buscou nova sistematização da tutela de urgência de modo a atender mais celeremente as situações que demonstrassem probabilidade jurídica e o velho “periculum in mora” de modo mais eficaz.

Nesse encalço foi desenhada a estabilização dos efeitos da decisão da tutela antecipada, quando não objeto de recurso apresentado pela parte ré, a qual somente poderia ser revisada ou reformada por meio de ação própria até dois anos após adquirida a estabilidade.

Verificou-se que a coisa julgada demanda a cognição exauriente da questão apresentada em juízo, característica ausente na cognição sumária, típica da tutela provisória.

¹⁴ Maninoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Spergio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil comentado. 2 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editoria Revista dos tribunais, 2016.

O legislador fez inclusive questão de afirmar que a decisão concessiva da tutela antecipada estabilizada não se configura coisa julgada.

Diante, contudo, da própria limitação temporal para se propor ação exauriente para discutir a questão levada a juízo por meio de tutela provisória, certo é que haverá decisão imutável e indiscutível, em pese não seria de mérito, por não ter sido resultado de cognição completa.

Assim, se olhada a questão a luz do antigo ordenamento processual civil, não mais haveria possibilidade de se rever a questão e decisão sumária passaria a ter mais força que o resultado de amplo e profundo debate processual, inaugurando uma nova era.

Outra novidade foi trazida pelo Código Processo Civil, contudo, e deu nova roupagem a ação rescisória, de modo a permitir que, se a decisão estabilizada importe em impedimento de nova repositura da demanda ou impeça o reexame de mérito, ela poderá ser impugnada por ação rescisória, no prazo de dois anos, a contar da expiração do prazo previsto no art. 304, 5º.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Andrea Carla. II. Fux, Luiz. O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
2. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência: tentativa de sistematização. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
3. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela provisória: considerações gerais. In: O novo código de processo civil: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015, p. 253-266.
4. BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2009.
5. BUENO, Cassio Scarpinella. Novo código de processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
6. CASTRO, Thaíse Braga. Tutela provisória, tutela de Urgência e a estabilização da demanda In: Revista Jurídica do Procuradoria do Distrito Federal, Brasília, v. 40, n. 2, p. 13-30, jul/dez. 2015.
7. COSTA, Adriano Soares da Costa; Pereira, Mateus Costa; Gouveia Filho, Roberto p. Campos. Tutela provisória. Coleção grandes temas do novo CPC. Salvador: JusPODIVM, 2016.
8. CUNHA, Guilherme Cardoso Antunes da. Tutelas de urgência satisfativas autônomas. In: Revista de Processo, v. 39, n. 227, p. 141-168, jan. 2014.
9. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10 ed. Salvador: Editora Juspodium, 2015.
10. Grandes Temas do Novo CPC, v. 6: tutela provisória. Coordenador Geral, Fredie Diddier Jr. Salvador: Juspddivm, 2016.
11. Dinamarco, Candido Rangel. Nova Era do Processo Civil. Ed. Malheiros
12. GRECO, Leonardo. A tutela de urgência e de evidência no código de processo civil de 2015. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2015.
13. GRINOVER, Ada Pellegrini. Tutela Jurisdicional Diferenciada: Antecipação e Sua Estabilização, 2005.
14. FORNACIARI JÚNIOR, Clito. O novo perfil da tutela provisória. In: Revista Síntese de direito civil e processual civil, v. 17, n. 100, p. 146-148, mar-abr. 2016.
15. LIMA, Bernardo Silva de; Expósito, Gabriela. "Porque tudo que é vivo, more" Comentários sobre o regime de estabilização dos efeitos da tutela provisória de urgência no novo CPC. Revista de Processo. Vol. 250. Ano 40. P. 167-187. São Paulo: Ed. RT, dez. 2015.
16. MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação de tutela. 12 ed. São Paulo: Ed. RT, 2011.
17. MARINONI, Luiz Guilherme e; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. MARINONI, Luiz Guilherme e; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil Comentado – 2 ed. rev., atual. e ampl. - . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
18. MITIDIERO, Daniel. Autonomia e estabilização da antecipação da tutela no novo Código de Processo Civil, p. 17: in <http://www.mflip.com.br/pub/escolajudicial/?numero=39> (consulta em 23.04.2015).

19. MOURA, Marcelo. A estabilização (efetivação) da tutela antecipada diante do pedido incontroverso no processo do trabalho: o projeto do IBDF e os avanços da Lei n. 11.232, de 22.12.2005. In: Revista LTr: legislação do trabalho, v. 70 n 40, p 437-445, abr.2006.
20. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. Salvador: JusPODVIM, 2016
22. Nunes, Jorge Amaury Maia; Nóbrega, Guilherme Pupe da. A chamada tutela provisória no CPC de 2015 e a perplexidade doutrinária que provoca. <http://www.migalhas.com.br/ProcessoeProcedimento/106,MI221866,41046-A+chamada+tutela+provisoria+no+CPC+de+2015+e+a+perplexidade>. Acesso em 01.08.2016
23. OLIVEIRA, Weber Luiz de. Estabilização da tutela antecipada e teoria do fato consumado. Estabilização da estabilização? Revista de Processo. Vol. 242, ano 40. P. 225-250. São Paulo: Ed RT, abr. 2015.
24. REDONDO, Bruno Garcia. Estabilização, modificação e negociação da tutela de urgência antecipada antecedente: principais controvérsias. Revista de Processo, vol. 244. ano 244, ano 40. P. 167-193. São Paulo: Ed RT, jun 2015.
25. REZENDE, Ester Camila Gomes Norato. Tutela Provisória. In: Primeiras lições sobre o novo direito processual civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 179-214.
26. RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Tutela Provisória – tutela de urgência e tutela de evidência. DO CPC73 AO CPC2015 São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.
27. SICA, Heitor Vitor Mendonça. Primeiras impressões sobre a “estabilização da tutela antecipada”. In: Revista do advogado, v. 35, n, 126, p. 115-123, maio 2015.
- Talamini, Eduardo. Tutela de urgência no projeto de novo código de processo civil: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro. In Revista de Processo, v. 209!2012, p. 13.
28. Theodoro Juniro, Humberto. A ação rescisória no Novo Código de Processo Civil. In Revista BRasileria de Direito Porcessual, ANO 23, N. 90, O. 279-306, ABR-JUN. 2015.